

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Folha On Line

Operação da PF que investiga propinas ao Carf foi fatiada em 19 inquéritos

17/11/2015

Rubens valente

De Brasília

A Operação Zelotes foi fatiada em até 19 inquéritos policiais nos quais, segundo os investigadores, há mais fortes indícios de pagamento de propina no Carf, o conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal.

Cada um dos inquéritos, que tramitam sob sigilo de Justiça na 10ª Vara Federal de Brasília, trata de um episódio que envolve uma empresa supostamente beneficiada.

Em petição protocolada na Justiça Federal, o procurador da República que integra a força tarefa da Zelotes, Frederico Paiva, explicou que deflagrada a fase ostensiva do trabalho, a avaliação do material até então coletado está sendo feita pelos atores institucionais envolvidos (Receita, Polícia Federal e Ministério Público Federal), tendo por critério contribuintes que se valeram do esquema criminoso.

Delimitado cada contribuinte em situação suspeita, o material é analisado para identificar a potencial prática de delitos, informou o procurador na petição.

Investigadores da PF informaram que os casos foram fatiados para facilitar o entendimento do Judiciário e porque são casos similares.

A Folha apurou que o Ministério Público trabalha prioritariamente com nove inquéritos específicos para cada suspeita envolvendo uma empresa. A PF contabiliza um número maior de inquéritos por empresas, 16.

Além dos casos separados por empresa, há mais três investigações abertas e computadas tanto pela PF quanto pelo Ministério Público: o que trata da RBS, afiliada da Rede Globo em Porto Alegre (RS), e do ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes, hoje em andamento sob sigilo de Justiça no STF (Supremo Tribunal Federal); o que investiga a suposta compra de medidas provisórias e participação de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula; e o inquérito principal, instaurado em 2014, que deu origem a todas as outras investigações.

Com quatro fontes que pediram para não ser identificadas, a Folha confirmou que são objetos de inquéritos sob sigilo episódios que citam oito empresas: Bradesco, Safra, Santander, Mitsubishi, Qualy Marcas Comércio Exportação de Cereais, Laser Tech Comércio e Importação de Eletrônicos, Cimento Penha e banco Brascan. Há outras empresas sob investigação, mas a reportagem não localizou seus nomes.

Sete desses casos, segundo o Ministério Público, estavam virtualmente paralisados por uma série de decisões do juiz federal Ricardo Augusto Leite. O magistrado, afirmando ser independente e não ceder a pressões, não concedeu diversos pedidos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, e indicou aos procuradores diversas medidas que eles ainda não tinham considerado, como ouvir

todos os conselheiros do **Carf** que participaram de decisões sob suspeita na Zelotes.

No último dia 4, a condução dos casos derivados da Zelotes voltou às mãos do juiz titular da 10ª Vara, Vallisney de Souza Oliveira. Até a última sexta-feira (13), o juiz já havia autorizado quebras de sigilo relativas a cerca de 30 pessoas, incluindo o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, no decorrer do inquérito instaurado sobre a empresa de cimento Penha.

A investigação quer saber se houve interferência indevida na nomeação de conselheiros do **Carf** que teriam beneficiado a Penha, pertencente a Victor Sandri, que seria amigo do ex-ministro -Mantega nega a amizade.

Do total dos inquéritos abertos, a Folha apurou que pelo menos quatro já estão relatados pela PF, ou seja, já foram encerrados no campo policial. Segundo investigadores, hoje os inquéritos estão mais maduros e em breve sairão resultados . Até março, a expectativa é que mais seis ou sete inquéritos sejam relatados.

OUTRO LADO

Procuradas pela Folha , empresas citadas em investigações da Operação Zelotes negaram envolvimento em irregularidades e outras preferiram não se manifestar.

A assessoria do banco Bradesco informou em nota que não reconhece as informações trazidas pela sugestão de pauta [da Folha] e reafirma que por princípio não comenta assuntos que estejam ou possam estar sob análise administrativa ou judicial .

O banco Santander informou que não tem relacionamento com nenhuma das pessoas e empresas suspeitas de participar de irregularidades no **Carf**. A partir das citações ao banco no noticiário da imprensa, a instituição por duas vezes procurou a Justiça Federal para obter informações sobre eventual inquérito de que seja alvo. Em ambas ocasiões, porém, foi informada de que não é investigada em nenhum caso derivado da Zelotes.

Assim, o banco considera que não é alvo de nenhum inquérito.

O banco Safra informou que não iria se manifestar.

A Folha apurou que dois inquéritos citavam o Safra, porém, um deles -que apura uma das principais suspeitas levantadas sobre a instituição na fase inicial da investigação, de que teria ocorrido um pagamento de R\$ 28 milhões em propina relacionada a um processo no **Carf** de interesse do banco-, concluiu que os investigados falavam sobre outra instituição financeira em tese beneficiada pela mesma medida. O segundo inquérito sobre o Safra segue em andamento.

A Mitsubishi informou, em nota, que a a MMC Automotores do Brasil informa que vem colaborando com as investigações e tem todo o interesse no esclarecimento dos fatos .

A advogada Dora Cavalcanti, que atua na defesa do empresário Victor Sandri, do Grupo Cimento Penha, afirmou que a empresa forneceu todas as informações requeridas pelo Ministério Público Federal no contexto da Operação Zelotes e que o recurso da empresa no **Carf** foi julgado procedente por nove votos a um, já tendo transitado em julgado .

Segundo a advogada, Sandri travou conhecimento de natureza comercial com o ex-ministro Guido Mantega há muitos anos, quando adquiriu terrenos de sua família para incorporação imobiliária .

Procuradas, as assessorias das empresas Laser Tech, Qualy Cereais e do banco Brascan não foram localizadas para comentar o assunto. Em diversas

manifestações anteriores, tanto a RBS quanto Augusto Nardes negaram qualquer envolvimento em irregularidades no **Carf**

Portal 180 Graus -

Dívidas analisadas no **Carf chegam a R\$ 524 bilhões**

17/11/2015

Chega a R\$ 524,5 bilhões a soma de todas as dívidas contestadas, entre 2004 e 2015, em processos instaurados no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), órgão do Ministério da Fazenda responsável pela análise de débitos com o governo federal e também principal alvo da Operação Zelotes, da Polícia Federal. Segundo documentação à qual o Congresso em Foco teve acesso, o valor corresponde a 76.861 procedimentos de contestação de multas aplicadas pela Receita Federal a pessoas físicas e jurídicas (empresas).

Segundo registros do Ministério da Fazenda, 2015 foi o ano que movimentou o maior montante sob contestação no **Carf** (R\$ 136,7 bilhões) e, curiosamente, que registrou a menor quantidade de processos instaurados.

Jota Info

Governo inclui remuneração de conselheiros do **Carf no Orçamento de 2016**

17/11/2015

O governo conseguiu incluir no orçamento de 2016 a verba de remuneração dos conselheiros que representam os contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). A previsão - de R\$ 11,3 milhões - possibilita que os julgamentos do tribunal administrativo sejam retomados no ano que vem.

Parado desde março, o **Carf** encontrou entraves políticos para sua reabertura. Após a deflagração da Operação Zelotes, que investiga esquema de corrupção e compras de votos no conselho, o Ministério da Fazenda editou o Decreto nº 8.441, de 29 de abril, que prevê remuneração mensal de até R\$ 11,2 mil aos conselheiros dos contribuintes. Até então somente os conselheiros fazendários eram pagos no tribunal administrativo.

A partir de então o Ministério da Fazenda anunciou diversas vezes que se preparava para retomar as sessões de julgamento, chegando a organizar uma cerimônia de abertura do tribunal. A possibilidade, entretanto, esbarrava em um (nem tão pequeno) detalhe: era necessário incluir a recém-criada remuneração no orçamento de 2015.

Para tanto o Executivo propôs o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 3, que possibilitaria a remuneração dos conselheiros. A proposta, por sua vez, enfrentou outro entrave: a pauta estava trancada até a análise de diversos vetos presidenciais.

Desde o começo de maio, quando o PLN foi protocolado, o projeto foi incluído sete vezes na pauta do plenário, sem nunca ser analisado pelo Congresso. O projeto está pautado para amanhã (17/11).

A demora foi tanta que a volta ainda este ano foi praticamente inviabilizada. De acordo com o Regimento Interno do **Carf**, as pautas de julgamento devem ser

publicadas no Diário Oficial da União e divulgadas no site do **CARF**, com, no mínimo, dez dias de antecedência.

Independentemente da aprovação da remuneração no Congresso, a volta do **Carf** está garantida para 2016. No começo de novembro o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão enviou à presidente da Comissão de Orçamento, senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) ofício que inclui o salário dos conselheiros do **Carf** no Projeto de Lei Orçamentária de 2016.

O valor de R\$ 11,3 milhões refere-se ao que a União desembolsaria no ano para o pagamento dos conselheiros que representam os contribuintes.

Procurado pelo JOTA, o Ministério da Fazenda informou que espera votação do PLN para decidir sobre a data de retorno dos julgamentos do **Carf**

A Tribuna On Line - AC

Telexfree não vai pagar o que deve a divulgadores: "sabiam do risco", diz Receita

17/11/2015

Os quase 4 milhões de "divulgadores" por todo o País que apostaram na promessa de lucro rápido da Telexfree não deverão ver a cor do dinheiro de volta. Mesmo bloqueado por decisões judiciais, o patrimônio das empresas e pessoas investigadas no golpe da pirâmide financeira não é suficiente para cobrir nem o que é cobrado pela Receita Federal no Espírito Santo, a título de sonegação de impostos.

Ao todo, existem cerca de R\$ 700 milhões sequestrados pela Justiça do Acre, mais imóveis e carros apreendidos pela Justiça Federal no Espírito Santo.

No entanto, a União começou a cobrar da empresa e de chefões do suposto esquema cerca de R\$ 3,1 bilhões em impostos, multas e juros devido a irregularidades contra o Fisco federal.

Como a conta não fecha, os divulgadores que esperavam o final da ação do Acre para receber não devem ganhar qualquer quantia da empresa.

"Entende-se que a pessoa assumiu o risco ao entrar num negócio como esse. A União não vai abrir mão de suas receitas", explica o delegado da Receita Federal no Espírito Santo, Antonio Luiz Bossier.

O governo fechou o cerco contra o grupo - com extensões internacionais-, que pode ter movimentado de forma fraudulenta, segundo autoridades americanas, US\$ 3 bilhões entre 2012 e 2014, o equivalente a R\$ 11 bilhões pela cotação atual.

Na Justiça Federal, no Espírito Santo, há duas medidas cautelares fiscais que bloquearam o patrimônio da companhia, de empresas subsidiárias, de donos e líderes. Em andamento também, há duas ações de execução fiscal que superam R\$ 150 milhões. Uma é referente a sanções e outra por causa de débitos previdenciários.

Do montante apurado, estão inscritos em dívida ativa da União R\$ 168 milhões em débitos em nome da Ympactus Comercial, empresa sediada no Espírito Santo que usava como nome fantasia a palavra Telexfree.

Em instâncias administrativas, correm pelos menos quatro processos contra a empresa. Os casos serão julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), órgão ligado ao Ministério da Fazenda.

A quantia a pagar ao governo foi levantando pela Receita Federal após a Operação Orion, realizada em conjunto com a Polícia Federal e Ministério Público

Federal em julho do ano passado. Os dados foram divulgados pelo órgão num relatório com resultados das apurações de 2014.

Dos valores cobrados, R\$ 1,8 bilhão está relacionada a aplicação de multas de 150% em cima dos valores devidos pelas empresas e donos. O percentual é a maior punição feita pelo governo.

Somente em um dos autos, que apurou R\$ 276 milhões em sonegação, a penalidade alcançou R\$ 414 milhões, fazendo a dívida pular para R\$ 690 milhões.

O Fisco ainda exige o recolhimento de R\$ 650 milhões de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, R\$ 470 milhões de Cofins e mais R\$ 234 milhões de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Paraíba

Couto estranha associação da Operação Zelotes ao filho de Lula

17/11/2015

Em pronunciamento feito na Câmara dos Deputados na última segunda-feira, 9, o deputado federal Luiz Couto (PT-PB) comentou o andamento da Operação Zelotes, da Polícia Federal, e estranhou as associações feitas depois do cumprimento de mandado de busca e apreensão na empresa LFT Marketing Esportivo, que pertence a Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Tentaram associar a aprovação da MP 471 à empresa do filho do Lula, bem como a um contrato que só seria celebrado em 2014 e a um pagamento efetuado em 2015. A emenda foi editada em 2009, e a empresa foi criada apenas em 2011. Vale acrescentar ainda que a MP 471 teve como relatores parlamentares da oposição na Câmara e no Senado e foi aprovada com voto unânime, por acordo de líderes do governo e da oposição, sem nenhuma emenda ou alteração. São ilações forçadas, oportunistas, forjadas com o claro intuito de atingir o ex-presidente Lula. A empresa do filho de Lula não tem relação com as investigações. E a mesma afirmação é válida a respeito de Lula. O ex-Presidente não é investigado na Operação Zelotes, que apura um esquema de corrupção e compra de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, explicou Luiz Couto.

Ele evidenciou que nenhum dos conselheiros do Carf foi indicado pelo PT e que nenhum deles integra um dos três mil cargos de confiança que podem ser indicados legalmente pela autoridade eleita.

Estimativas iniciais mostram que, somente nos últimos oito anos, o crime de sonegação fiscal e previdenciária investigado pela Operação Zelotes, com envolvimento do CARF e megaempresas, lesou o erário em mais de R\$ 19 bilhões, quantia correspondente à metade do déficit do orçamento de 2016 e uma cifra três vezes maior que o desfalque na Petrobras.

É um escândalo de grande magnitude e, por isso, a Operação Zelotes deveria mesmo se concentrar nessas investigações e não perder jamais o foco sobre o objetivo central de seu trabalho. Compete, sim, à Polícia Federal realizar busca e apreensão nos escritórios das empresas, grupo de mídia e bancos fraudadores, mas, na contramão do processo, o condomínio policial-jurídico-midiático de oposição se empenha em engendrar e divulgar uma série de falsas alegações e notícias que dão conta de supostas negociatas entre o governo Lula e a indústria automobilística para a aprovação de benefícios fiscais àquele setor. Na ausência de

qualquer dado concreto contra Lula, não hesitaram em implicar o filho dele nesta trama inverossímil e insidiosa , denunciou Luiz Couto.

O parlamentar petista também estranhou que o Ministro Augusto Nardes do Tribunal de Contas da União, ex-Deputado do PP e cujo sobrinho-sócio, Carlos Juliano teve a empresa, essa sim, citada por intermediação para o Grupo RBS no Carf, prossiga em sua cruzada militante pelo impeachment da Presidente Dilma.

Segundo o Jornalista da ISTOÉ, Marcelo Rocha, existe uma anotação recolhida pela Polícia Federal, na casa do advogado Edison Pereira Rodrigues, ex-presidente do Carf e ligado à SGR empresarial, onde traz os custos de ministros com um montante de R\$ 2.556.974 reais. Segundo a matéria, este custo seria relacionado apenas a pagamentos feitos a Nardes e ao seu sobrinho e sócio. Segundo o entendimento da Policia Federal, os valores relacionados ao Ministro estão provados não só neste documento, mais em outros que a polícia tem em mãos.